



III CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO: INTERFACES, PLURALIDADE E RENOVAÇÃO DE UM CAMPO

Juliana Nunes Rodrigues¹

Licio Caetano do Rego Monteiro²

Coordenadores Gerais do III CONGEO

¹UFF - Universidade Federal Fluminense (Niterói/RJ)

²UFF - Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis/RJ)

A terceira edição do Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (III CONGEO) consolidou o evento como um espaço privilegiado para a visibilidade e o debate acerca da ampliação temática e teórico-metodológica existente na agenda da Geografia Política que se faz hoje no Brasil. Essa ampliação passa também por diálogos interdisciplinares, diferentes áreas de atuação profissional, bem como por conexões acadêmicas nacionais e internacionais. Este texto de apresentação à edição da Revista Brasileira de Geografia dedicada ao evento tem por objetivo explicitar as interfaces, a pluralidade e o processo de renovação do campo, além de tecer um balanço preliminar do evento, realizado entre os dias 10 e 14 de setembro de 2018, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói.

Espaços institucionais, malha político-administrativa e a geografia política dos governos constituíram temas clássicos de um campo que se dedica ao estudo das relações entre espaço e poder político. O histórico da Geografia Política é originalmente associado ao processo de formação dos Estados Modernos - suas fronteiras, desenhos e formatos constituíram objetos de análise clássicos da disciplina (MACHADO, 1991; COSTA, 1992; CASTRO, 2005). Destacaram-se, também, as condições de povoamento, a capital, a nação e seu território, a relação população/recursos, a posição geográfica - temas caros ao ambiente político e intelectual da época, privilegiados não apenas pela Geografia Política, mas que estiveram no cerne da própria Geografia e de outras ciências humanas e sociais. Com efeito, tais temáticas estiveram vinculadas ao contexto de institucionalização acadêmica da disciplina, acompanhando o processo de consolidação dos Estados nacionais.

As críticas direcionadas ao excesso de formalismo de uma Geografia Política de Estado e à fixidez temática e escalar – dada a proeminência da escala do território nacional nas abordagens - acabaram, por sua vez, por abrir um campo de discussões ampliado acerca dos fenômenos

vinculados às diversas formas de exercício do poder, entendidas como relações históricas e sociais multidimensionais e, portanto, não restritas ao aparato político-jurídico do Estado. Essas críticas difundiram-se a partir de diversas fontes e origens, nos anos 1980 e 1990, com as novas geografias do poder trazidas por autores francófonos (LACOSTE, 1976; CLAVAL, 1979; RAFFESTIN, 1980); com a geopolítica crítica dos anglo-saxões (Ó TUATHAIL, 1996; Ó TUATHAIL, DALBY, 1998; AGNEW, 1998), e também no âmbito das geografias ibéricas e latinoamericanas, especialmente na geografia política brasileira.

Sem abandonar uma Geografia Política que trata do Estado como ator político incontornável, a Geografia Política contemporânea se interessa, de forma reconhecidamente plural e heterodoxa (AGNEW, 2003; ROSIÈRE, 2017), pelos modos como os conflitos configuram espaços particulares (FLINT, 2009). A agenda atual se amplifica, então, para contemplar pactos e conflitos político-territoriais muitas vezes efêmeros, fluidos, configurações reticulares e processos marcados por agenciamentos e interações que complexificam e redefinem os espaços da política nas diversas escalas. Com efeito, não apenas se reconhece uma variedade de tipos de atores e agentes políticos institucionais e institucionalizados, como também se amplia o escopo teórico-metodológico para a análise da dimensão espacial da política engendrada por atores e agentes não institucionalizados, da escala global às microescalas (AGNEW, 2003). Renovam-se, em síntese, as temáticas abarcadas pelo campo, como também as possibilidades de se colocar questões e problemas teóricos clássicos a partir de um novo olhar.

Particularmente no Brasil, observamos uma renovação que se dá desde o balanço crítico da geopolítica de cunho militarista trazida por diversos autores (SODRÉ, 1976; ANDRADE, 1989; COSTA, 1991; COSTA; THÉRY, 2012), passando pela reafirmação da dimensão política do espaço (BECKER, 1988; CASTRO, 2005), dos espaços da democracia (CASTRO; RIBEIRO; RODRIGUES, 2013) e pela pluralidade de influências teóricas que configuram o atual panorama reunido no CONGEO, expresso nas duas coletâneas resultantes do evento já publicadas (SILVA, 2016; RÜCKERT; SILVA; SILVA, 2018).

Para recuperarmos um pouco o percurso de nosso evento, voltamos a maio de 2013, quando um grupo de pesquisadores e professores brasileiros de Geografia criou uma rede de trocas institucionais e acadêmicas, vinculada ao campo da geografia política no país. Denominado Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (REBRAGEO), esse grupo vem procurando fortalecer as parcerias nacionais e internacionais a fim de ampliar as reflexões e discussões sobre a espacialidade da política em suas diversas escalas e configurações. Desde a origem do grupo ficou consolidado o anseio pela realização de encontros regulares (bianuais), como modo de fortalecer as conexões da pesquisa acadêmica nessa área de conhecimento. O objetivo era conceber encontros acadêmicos que pudessem refletir a pluralidade do campo, garantir a participação coletiva em sua construção, evitando-se a centralização em uma única figura e a dispersão em eventos temáticos sem continuidade. Esse anseio tomou forma e se concretizou logo no ano seguinte, em 2014, com a realização do I CONGEO na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ, 2014). Dado o sucesso do I CONGEO e os vínculos estreitados entre os pesquisadores, a REBRAGEO se articulou também para a criação de um Grupo de Trabalho (GT) na ANPEGE, em 2017; um outro passo foi dado em relação à aproximação da Comissão de Geografia Política da União Geográfica Internacional (UGI), que apoiou a realização do III CONGEO, em 2018.

A interação entre geografia política, geopolítica e gestão do território se mostrou acertada por reunir perspectivas particulares de abordagem da relação entre o território e a ação política, que apresentam aproximações, mas que mantêm interlocuções particulares com diferentes áreas de conhecimento. A geopolítica circula muito além da Geografia. No âmbito acadêmico, aparece nas Relações Internacionais, na Ciência Política e na História, notadamente, mas estende seu campo de interesse para fora da academia, através das mídias, da diplomacia e das instituições militares. A gestão do território também marca presença na esfera do planejamento estatal, nas organizações governamentais, nas empresas, nas ONGs, nos movimentos sociais. O território tem sido um novo conceito de referência para se pensar políticas públicas e essa virada territorial é bastante propícia à maior abertura para as contribuições geográficas. Embora a geopolítica e a gestão do território não se encerrem no campo mais geral da Geografia Política, colocá-los em interação nos possibilita o aperfeiçoamento e a atualização de conceitos, de enfoques, de temas e de metodologias, tanto de caráter mais aplicado quanto de perspectivas teóricas da produção científica. A organização de encontros regulares se concretizou, portanto, a partir da crescente demanda por interlocuções em um campo em franca expansão no país. Para ilustrar, um simples levantamento feito no diretório de grupos de pesquisa do CNPq demonstrou que, em 2018, eram 17 grupos que apresentavam como palavra-chave o termo "geografia política", 45 o termo "gestão do território" e 78 o termo "geopolítica".

Assim sendo, o CONGEO teve início em 2014, com sua primeira edição realizada na PUC-RJ, com 155 trabalhos apresentados, entre comunicações e pôsteres. Nessa sua 1ª edição, intitulada "Racionalidades e práticas em múltiplas escalas", o encontro privilegiou o debate sobre novas organizações políticas, econômicas, culturais e tecnológicas na contemporaneidade do século XXI. Em 2016, a segunda edição do evento foi realizada em Natal (UFRN), quando contou com público e repercussão igualmente expressivos, com 130 trabalhos apresentados. Nesse II CONGEO, intitulado "A integração sulamericana e a inserção das regiões periféricas" foram abordadas, notadamente, as contradições relativas ao processo de integração sul-americana e de inserção de regiões periféricas, tanto no sistema-mundo, quanto nos contextos nacionais, particularmente o brasileiro. Ambas as edições resultaram em publicações de livros e dos seus anais, que contribuíram para a projeção e a consolidação de pesquisas na área, além de terem tido como resultados indiretos o estabelecimento de convênios e parcerias internacionais entre os pesquisadores participantes.

Importa destacar que a comissão organizadora do CONGEO tem se modificado a cada bi-ênio, como forma de amplificar a proposta e fomentar um maior envolvimento de pesquisadores de diferentes universidades brasileiras. Na terceira edição do evento, tivemos um total de vinte e seis professores-pesquisadores diretamente implicados na organização, afora a comissão científica e a comissão de apoio formada por cerca de sessenta alunos da UFF (Niterói e Angra dos Reis), da UERJ (Rio de Janeiro e São Gonçalo) e da PUC-Rio. Salientamos também que a terceira edição do evento agregou novos nomes à comissão científica original, com o claro objetivo de ampliar a representatividade, por meio do balanço da distribuição regional dos grupos de pesquisa em Geografia Política registrados no CNPq. Partimos então de um conjunto de seis a sete estados representados na comissão científica dos dois primeiros congressos para um total de treze estados representados em 2018. Alcançamos assim uma maior diversidade na composição da comissão, compreendendo ainda diversas universidades localizadas fora das capitais do país. Com es-

se mesmo intuito de ampliar a participação de professores-pesquisadores e as interlocuções, foi também criada uma comissão científica estrangeira, que contou com representantes de quatorze países, o que favoreceu a divulgação e a projeção internacional do evento.

A partir da diversidade de temáticas e de perspectivas de investigação abarcadas – que avivam a nossa tensão criativa -, consolidamos alguns princípios norteadores, tais como: 1) a promoção e o reforço das redes de conexão entre os pesquisadores de geografia política, geopolítica e gestão do território existentes no país, como forma de superar o isolamento, ampliar a qualidade dos trabalhos e a qualificar a capacidade de gestão dos poderes públicos no Brasil; 2) a projeção nacional e internacional dos trabalhos e pesquisas realizados, haja vista a formação de parcerias entre os pesquisadores brasileiros da área com pesquisadores e instituições estrangeiras; 3) o estímulo à troca, à qualificação e à produção acadêmica (graduações, mestrados, doutorados) de estudantes e profissionais diversos e 4) o estabelecimento de um diálogo da Geografia com as Relações Internacionais, o Direito Ambiental, a Ciência Política, a Sociologia, o campo de Públicas (Gestão, Administração e Políticas) e as demais ciências de interface, estimulando pesquisas interdisciplinares e plurais do ponto de vista teórico e metodológico.

A terceira edição do Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (III CONGEO) foi, portanto, expressiva de um processo de renovação. Uma multiplicidade de temas e de possibilidades teórico-metodológicas ganharam visibilidade na forma e no conteúdo dos diferentes trabalhos apresentados durante os cinco dias de encontro. Foram definidos oito eixos temáticos norteadores para a submissão de trabalhos, quais sejam: 1) Geografia Política e Geopolítica: dos enfoques clássicos às renovações contemporâneas; 2) (Geo) políticas do meio ambiente, gestão dos recursos e sustentabilidades; 3) Localismos, nacionalismos, regionalismos e globalismos; 4) Fronteiras: um constante desafio territorial; 5) As escalas de gestão das políticas públicas territoriais; 6) Integração regional e novos espaços da cooperação e do conflito internacional; 7) Território, política, cidadania e democracia e 8) Geografia política e ensino: inovações temáticas, conceituais e metodológicas. Tais eixos fundamentaram a organização dos grupos de discussão, atividade que abrigou os trabalhos reunidos neste dossiê da Revista Brasileira de Geografia. As temáticas privilegiadas foram, portanto, variadas, e contemplaram debates sobre democracia, cidadania, governança, desigualdade social, segurança, violência, regionalismos e questões regionais, dinâmicas fronteiriças, conflitos político-ambientais, além de acordos e conflitos diversos que abrangem diferentes escalas do local ao global. Além dos grupos de discussão, o evento teve como atividades as mesas redondas, que contaram com a participação de convidados brasileiros e estrangeiros conceituados, duas conferências, além da apresentação de trabalhos em formato de pôsteres, a realização de oficinas ministradas pelo IBGE e a realização de três trabalhos de campo – um no centro da cidade do Rio de Janeiro e outros dois na Costa Verde.

Ressalte-se, em relação aos eventos anteriores, a formação de dois eixos temáticos novos. O eixo 7, “Território, política, cidadania e democracia”, aglutinou e conferiu enquadramento a temas e objetos de estudo atuais, tais como: relações entre espaços públicos e espaços políticos; políticas da diferença e território; os novos espaços, canais e arenas do debate público; manifestações políticas, ativismos sociais e direito à cidade; territórios autônomos, territórios alternativos e política; política da paisagem, patrimônio e cultura; participação, representação e Geografia; Geo-

grafia do voto e conexão eleitoral; Geografia e direito: espacialidades das normas e exceções. Já o eixo 8, “Geografia política e ensino: inovações temáticas, conceituais e metodológicas”, foi formado em consonância com uma sensibilidade crescente, sentida na agenda da Geografia Política Brasileira, em relação a temas vinculados ao ensino de Geografia. Há de se sublinhar que a demanda pela estruturação de dois novos eixos foi manifestada no encontro precedente, ocorrido em 2016, em Natal, quando um número considerável de trabalhos sobre tais questões esteve disperso dentre os demais eixos propostos. Do ponto de vista temático, portanto, o III CONGEO inovou na proposição de novos eixos para dar suporte a essas discussões.

Nesta terceira edição, propusemos a temática geral “Crise e Reinvenção dos Espaços da Política”, afinada com a conjuntura de crise e de reflexão sobre as possibilidades e os entraves para a ação e a decisão política nos contextos brasileiro e mundial. Nossa responsabilidade e engajamento em relação ao encontro foram ainda maiores diante das inquietações do presente, que requerem lucidez e um exercício constante de análise e de reflexão sobre o agir político. São tempos difíceis, em que o espaço da política como um espaço de pluralidade vem sendo deteriorado. A atividade docente, a liberdade de cátedra e a prática científica são colocadas em suspeição.

As edições anteriores do CONGEO ocorreram entre o primeiro e o segundo turno das eleições (nos outubros de 2014 e 2016). Já o III CONGEO se realizou no início de setembro de 2018, quando ainda existia ânimo e distanciamento suficientes em relação aos acontecimentos posteriores ao mês de outubro de 2018. Embora algumas questões que se mostraram prementes nos meses seguintes tenham sido apenas tangenciadas, acreditamos que o evento pôde iluminar contribuições da Geografia Política, da Geopolítica e Gestão do Território para o entendimento de algumas das dimensões do atual contexto brasileiro. Igualmente, fenômenos políticos que estão para além das particularidades político-institucionais e territoriais brasileiras foram abordados. Diante das incertezas do ambiente político nacional e internacional, mais do que nunca a Universidade deve ser convocada a refletir sobre os caminhos, as escolhas e as consequências da atividade política, considerando suas espacialidades emergentes. Não se reclama aqui um comprometimento com questões ou soluções imediatas; porém, há de se ressaltar a importância do intelectual eticamente comprometido, que contribua de forma crítica e responsável para o debate público em um esforço de compreensão dos desafios do presente.

O encontro teve um total de 527 trabalhos submetidos. Desse conjunto, foram aceitos 73 pôsteres e 394 comunicações orais. Tivemos 575 participantes inscritos, oriundos de 24 unidades da federação distintas, além de participantes estrangeiros de 11 países. No total, contabilizamos a participação de 112 doutores, 140 mestres, 124 graduados e 198 graduandos. Dentre graduados e mestres, 204 declararam estar cursando mestrado ou doutorado, o que explicita a importância do congresso no percurso formativo de pesquisadores na área.

Procuramos, nesta edição especial da Revista Brasileira de Geografia, abranger a pluralidade temática que teve lugar no evento. Apresentamos aqui oito trabalhos, os quais se destacaram nos grupos de discussão organizados a partir dos eixos temáticos propostos. Esses trabalhos foram submetidos e apresentados na categoria “trabalho completo”, indicados pelos coordenadores de cada eixo e selecionados pelo comitê editorial da Revista Brasileira de Geografia. Convidamos então os leitores a se debruçarem sobre este apanhado, que procura evidenciar a pluralidade teórica e metodológica de um campo em franca renovação no contexto acadêmico brasileiro.

O texto inicial, de Claudete de Castro Vitte, professora da Universidade Estadual de Campinas, aborda o Acordo Estratégico Transpacífico (TPP/TPP-11), a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América-Tratado de Comércio dos Povos (Alba) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Consideram-se a institucionalidade de cada organização, suas semelhanças e diferenças. Discute-se o quanto o cenário político instável na região dificulta a integração regional.

Em “O correio como braço logístico do Estado: a execução de políticas públicas por meio da rede de agências postais no território brasileiro”, Igor Venceslau, doutorando da Universidade de São Paulo, atualiza a relevância do serviço postal como um braço logístico do Estado, garantindo sua capilaridade. Destaca-se a discussão de modelo cívico do território para problematizar a relação entre Estado, logística e cidadania na contemporaneidade.

Marina Penido, doutoranda da Universidade Federal Fluminense, aborda em “Bio(necro)política da mineração: quando o desastre atinge o corpo-território”, o desastre da Samarco e suas consequências corpóreas, materiais e simbólicas para os atingidos. Com base em “relatórios produzidos e em alguns relatos, explicitam-se os problemas de saúde vivenciados” e o “sofrimento social decorrente de processos de desterritorialização e da constante deslegitimação de suas narrativas e denúncias”.

Em “Alcances y Límites de la Geopolítica en el proceso de regionalización del regimen autoritário chileno”, Rodolfo Quiroz, doutorando em Geografia Humana pela USP, aborda o caráter geopolítico do processo de regionalização territorial efetuada pelo regime autoritário chileno no período compreendido entre 1973-1989.

O texto seguinte é de autoria de Marcos Mondardo, professor da Universidade Federal da Grande Dourados. O autor considera existir, no estado do Mato Grosso do Sul, na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai, um Estado de exceção declarado em relação aos povos indígenas. Segundo Mondardo, em razão dos “processos de demarcação e ao movimento de autodemarcação das terras indígenas, esses grupos étnicos vivenciam a condição de insegurança social ao se tornarem alvos de violência, de assassinatos, suicídios e genocídios”.

Em “A fronteira como espaço de trabalho: o mercado de trabalho dentro do contexto das regiões de fronteira de Brasil e Bolívia”, Pedro Aguiar Tinoco do Amaral, mestre em Geografia pela UFRJ, discute os fluxos de imigrantes entre a Bolívia e o Brasil e seus impactos no mercado de trabalho na Zona de Fronteira entre os dois países.

Na sequência, temos o texto “As redes acadêmicas e a integração informacional do Brasil com as Américas e a África”, de autoria de Antonio Gomes de Jesus Neto, mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Trata-se de uma abordagem dos aspectos políticos do processo de integração informacional das redes acadêmicas brasileiras com as Américas e a África.

Em “A influência da geografia no comportamento eleitoral: contexto social de vizinhança”, Aleksei Zolnerkevic, doutor em Geografia Humana pela USP, apresenta o resultado de uma pesquisa de survey na cidade de São Paulo onde “encontram-se evidências da influência do contexto social de vizinhança no comportamento eleitoral”.

Por fim, esperamos que os trabalhos publicados neste dossiê colaborem para evidenciar a

atualidade dos debates em geografia política, geopolítica e gestão do território e que suscitem novas questões e investigações empíricas.

Referências

- AGNEW, John. **Geopolitics**: re-visioning the world politics. New York: Routledge, 1998.
- AGNEW, John. Contemporary Political Geography: intellectual heterodoxy and its dilemmas. **Political Geography**, n. 22, 2003, pp. 603-606.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989
- BECKER, Bertha K. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**. 50, número especial t. 2, 1988
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005
- CASTRO, Iná Elias de; RIBEIRO, Rafael Winter; RODRIGUES, Juliana Nunes (org.). **Espaços da democracia**: para a agenda da geografia política contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013
- CLAVAL, Paul. **Espace et pouvoir**. Paris: Presses Universitaires de France, 1979.
- COSTA, Wanderley Messias da.; THÉRY, Hervé. **Quatre-vingts ans de géopolitique au Brésil**: de la géographie militaire à une pensée stratégique nationale. Hérodote 2012/3, n° 146-147
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Edusp, 2008 [1991]
- FLINT, C. Political Geography. In: Gregory, D; Johnston, R.; Watts, M.J.; Whatmore, S. **The Dictionary of Human Geography**. Wiley-Blackwell, 2009.
- LACOSTE, Yves. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus, 1988 [1976]
- MACHADO, L. O. Geografia Política e Ciências Sociais: um comentário. **Anais do II Seminário Latinoamericano de Geografia Crítica**. Buenos Aires, 1993.
- Ó TUATHAIL, Geraóid; DALBY, Simon. **Rethinking geopolitics**. London: Routledge, 1998
- Ó TUATHAIL, Geraóid. **Critical geopolitics**: the politics of writing global space. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996
- RAFFESTIN, Claude. **Pour une Géographie du Pouvoir**. Paris, Ed. LITEC, 1980.
- ROSIÈRE, Stéphane. Dix ans de L'Espace politique. Géographie politique et géopolitique en question. **L'Espace Politique** [En ligne], 32 | 2017-2 Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacepolitique/4327>
- RUCKERT, Aldomar; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro e SILVA, Gutemberg de Vilhena. (orgs.) **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**: a integração sulamericana e a inser-

ção das regiões periféricas. Porto Alegre: Letra 1, 2018.

SILVA, Augusto Pinheiro (org.). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**: racionalidades e práticas em múltiplas escalas. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à geografia**. Petrópolis: Vozes, 1976.